

sobre tudo

PRO DIA NASCER FELIZ – 15 ANOS DEPOIS: O ABISMO EDUCACIONAL BRASILEIRO NO CONTEXTO DA PANDEMIA

Rodrigo Avila Colla⁶⁴

Pro Dia Nascer Feliz é, acima de tudo, como sugere o título, um filme sobre felicidade. Alguns acharão essa afirmação estranha depois de verem a película e indagarão: Ora, por que sobre felicidade se seu enfoque é a educação no Brasil? É o que esta resenha buscará abordar. Antes, apresentemos brevemente o filme.

Trata-se de um documentário brasileiro, lançado em 2005, idealizado e dirigido por João Jardim. Em aproximadamente 90min, o cineasta mostra relatos de sonhos e inquietações de estudantes adolescentes de seis escolas, em três estados brasileiros. Eles são intercalados com cenas da vida escolar, que ajudam a traçar os perfis dos sujeitos que participaram do filme. Mas essa sinopse ainda não nos

⁶⁴ Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professor da Rede Municipal de Esteio - RS. Contato: rodrigo.a.colla@gmail.com

dá pistas significativas da afirmação com que iniciei esta resenha. Reflitamos.

O fato é que é difícil se sentir feliz ocupando uma posição incômoda ou desconfortável. O desconforto, no entanto, não é primazia das classes populares. O desconforto pode ser gerado pela aflição oriunda do abismo intransponível. Um abismo que não diz respeito somente às limitações de classe, mas também ao dissídio em relação ao que se espera dos(as) estudantes e o que eles(as) querem para si. Demandas sociais/classistas/familiares abismais interpelam por indivíduos apropriados para ocuparem certas posições. Há, nesse sentido, abismos de (des)confortos e de desejos, abismos de (in)felicidades. Há abismos (in)acessíveis a educandos com condições de vida tão distintas. Há abismos entre patamares de (in)formações e diferentes modos de educar sujeitos que vivem em extremos opostos do abismo social. Uma visão elitista e recrudescente acerca do processo educativo apregoa que ele deve apropriar os educandos a certas posições de sujeitos no mundo “lá fora”. Posições que os educandos serão convencidos de que lhes servem, nas quais sejam alocáveis e se encaixem perfeitamente. Mediante essa educação modeladora, serão levados a crer que o (des)conforto do lugar que ocupam é tudo de que precisam e não há como fugir desse destino – eis a (in)cômoda (in)felicidade. Obviamente, a possibilidade de ocupar ou não essas posições (ou, porque não dizer, sujeições) dependerá do acesso à educação e de sua qualidade, mas, também, de potências culturais e de classe e da (des)orientação de políticas públicas que, reconhecendo abismos, criem alternativas para superá-los, mantê-los ou até aumentá-los.

Não é tão simples sair da “bolha” ou construir uma ponte que possibilite atravessar o “abismo”. São esses os termos que as adolescentes da escola privada Santa Cruz utilizam no filme *Pro Dia Nascer Feliz* ao expressar a disparidade de sua condição em relação aos

jovens das classes populares. A imensa maioria da população brasileira segue tendo acesso a colégios públicos que têm uma realidade bastante destoante daquela que se vê no Santa Cruz. Trata-se do abismo da (in)felicidade (in)acessível aqui materializado não no vácuo que angustia, mas na bolha que impermeabiliza, que assegura uma suposta assepsia moral e psíquica dos seus tripulantes. Contudo, a despeito da bolha, a (in)felicidade é sempre contagiante.

O documentário dirigido por João Jardim é uma tentativa de retratar esse abismo educativo salientando as inquietações inerentes a duas adolescências distintas em termos de formação e aspirações, mas cuja verve é semelhante. Isto é, na miséria também se sabe sonhar e na riqueza também se sofre de angústias e inquietações – e não há bolha ou abismo capazes de anular potências da (in)felicidade. Por meio de relatos de professores e alunos, Jardim busca traçar um esboço da relação dos educandos entre si e com o conhecimento e a instituição escolar. Com isso, são delineados diferentes perfis de adolescentes brasileiros imersos em sonhos e realidades bastante paradoxais. Em círculos de formação distintos, os jovens que aparecem no filme buscam o encontro de si, a autoafirmação. Seja no *status* que representa a arma na mão do jovem carioca, seja na catarse da poesia das educandas de Pernambuco e São Paulo, seja em mais uma vitória pessoal da menina prodígio, aluna do Santa Cruz, nas olimpíadas de física, é sempre a felicidade que está em jogo. Trata-se de encontrar um lugar “seguro”, de lograr um (in)cômodo encontro consigo (ou com o lugar de sujeito que corresponde à demanda da sociedade e dos círculos sociais que o indivíduo frequenta), um lugar de (auto)aceitação. Essas posições de sujeitos – repletas de ofertas de (in)felicidade – começam, em alguma medida, pelas alternativas de papéis sociais oferecidos nas escolas. Ou seja, a maioria de nós quiçá sejamos potencialmente delinquentes, mas também gênios, mestres de muitas artes, exímios desportistas. Ocupamos ou não essas posições (bem

como variações delas e outros incontáveis *locus* intermediários) de acordo com os caminhos e condições que nos são oferecidos.

Se o Colégio Santa Cruz, localizado num bairro nobre da capital paulista, é o único caso retratado no filme de uma instituição que educa os pupilos da elite brasileira, os exemplos de escolas públicas, cujas estruturas denotam precariedade, representam um universo mais abrangente na película. São três: uma no município de Manari, em Pernambuco – que, à época, detinha o menor IDH do país –, outra em Duque de Caxias, no estado do Rio de Janeiro, e uma terceira em Itaquaquecetuba, cidade situada na região metropolitana da capital paulista. Não parece ser por acaso a opção de João Jardim por filmar um número superior de escolas públicas e a priorização justamente de escolas situadas em locais periféricos. Com efeito, essa escolha sugere que no país há a preponderância de uma realidade educacional bastante precária, semelhante a da maioria das escolas retratadas na película. Prova disso, por exemplo, são os baixos índices que o país alcança nas avaliações internacionais de qualidade em educação. Tracemos um paralelo.

Em texto publicado na revista *Piauí*, Raquel Freire Zangrandi (2011) realiza uma abordagem semelhante a do filme de Jardim, confrontando o dia a dia de duas escolas do Rio de Janeiro. A escola Acre, da rede pública, e o Colégio Sion, tradicional escola particular da Zona Sul da capital fluminense. Cabe chamar a atenção aqui, no entanto, para o dado alarmante que Zangrandi (2011) apresenta: o Brasil apareceu no 53º lugar no ranking do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) em 2009. O detalhe é que apenas 65 países foram avaliados pelo PISA naquele ano. Os dados do PISA de 2018, que avaliou estudantes de 79 países, são igualmente desanimadores. No teste mais recente o Brasil ficou nas seguintes colocações nos três segmentos analisados: 66º (ciência), 70º (matemática) e 57º (leitura). Eis em números o problema da infeliz condição educacional da maioria

– fora da “bolha”, do outro lado do abismo e à beira do penhasco – que faz a média brasileira despencar para a turma dos retardatários na educação mundial. Fossem avaliados apenas estudantes de colégios equivalentes em qualidade ao Santa Cruz o país ostentaria essas posições? Parece haver fortes indícios de que a resposta a essa indagação seria uma negativa.

As escolas para as classes populares não raro fazem as vezes de meros locais de ensino-aprendizagem da socialização, espaços que mantêm os jovens fora das ruas e nos quais se tenta lhes ensinar certa civilidade. De fato, no discurso de alguns membros da elite brasileira – bem como de atuais representantes do poder público –, estudantes de classes populares são quase como selvagens a ser domados e ensinados a ocupar docilmente suas posições subservientes. Já no colégio Santa Cruz o foco dos estudantes é bem distinto: o treinamento para os exames de admissão, para o ingresso nas instituições de excelência, para que sigam revestindo suas bolhas com o mais lustroso verniz, com o mais rijo impermeabilizante, nutrindo-se da (in)felicidade contida de quem não quer ver o outro lado do abismo, o além-bolha, a sina da (in)feliz maioria que parece zombar do (não) saber – *pro dia nascer feliz!*

Atualmente, 15 anos depois do lançamento do filme, as metáforas da bolha e do abismo parecem ainda mais adequadas. Num contexto de isolamento social provocado pela pandemia de COVID-19, doença provocada pelo coronavírus, as escolas privadas adotaram rapidamente o ensino remoto e conseguiram manter seus alunos realizando atividades sob supervisão dos(as) professores(as) desde as primeiras semanas de quarentena. As redes públicas, evidentemente, não encontraram a mesma facilidade. Atendendo a públicos mais pobres e/ou heterogêneos, algumas redes implantaram o ensino remoto bastante tardiamente, outras simplesmente mantiveram as

aulas suspensas. Em meados de maio, quando o adiamento do Enem⁶⁵ foi debatido e defendido pela ampla maioria de secretários da educação, especialistas, estudantes e parlamentares, o então ministro da Educação do governo Bolsonaro, Abraham Weintraub, foi contrário ao adiamento e alegou que o exame “não foi feito para corrigir injustiças”, mas “para selecionar as melhores pessoas”. Weintraub, no fundo, tal como o presidente, pregava o fim do isolamento social. Enquanto mandatários do mundo inteiro decretavam prorrogações de quarentenas, defendendo rigorosas medidas de distanciamento social e se preocupavam com protocolos sanitários para evitar o contágio de mais pessoas pelo vírus, o presidente brasileiro recomendava a volta à normalidade e, por onde passava, muitas vezes sem máscara, gerava aglomerações, dava abraços e apertos de mão e minimizava a gravidade da doença que, em menos de um ano, deixou mais de 1 milhão de mortos em todo mundo. *Pro dia nascer felix*, e pelo bem da economia, na ótica do governo brasileiro, há que se negar o óbvio e agir como se nada estivesse acontecendo.

A postura do governo diante das questões educacionais é idêntica. A principal preocupação de Bolsonaro, no que diz respeito à Educação, é combater inimigos imaginários, ideologias das quais estariam impregnados os(as) docentes e o currículo, e não investir nas instituições e nos(as) profissionais, criando políticas que possibilitem melhorar a qualidade da educação. Falta de educação, cabe ressaltar, é o que não falta aos membros do alto escalão do governo e, nesse quesito, Weintraub é o principal protagonista. O ex-ministro, que comete erros crassos de português em postagens na internet e chama ministros do STF de “vagabundos”, também caça de seguidores e

⁶⁵ O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) foi criado em 1998. Inicialmente servia como instrumento para a avaliação da qualidade da educação. A partir de 2009 passou a ser utilizado também como modalidade de acesso ao Ensino Superior.

estudantes e, patética e infantilmente, busca desmoralizá-los com adjetivos como “babaca” e “feio”. “A égua sarnenta e desdentada da *sua mãe*”, são palavras de Weintraub numa discussão por *Twitter* com alguém que havia o chamado de “bobo da corte”. O sujeito de frases e termos tão infelizes, cerca de um mês depois de assumir o posto de ministro, afirmou que o objetivo final da educação é a felicidade (cf. PORTAL MEC, 2019). Ora, tal como as metáforas da bolha e do abismo, a expressão “bobo feliz” parece igualmente apropriada para o contexto educacional em que vivemos.

Pro dia nascer feliz, cantava Cazuza, “o mundo inteiro acordar e a gente dormir”. O problema é que, neste caso, trata-se de um sono que custará vidas e que em nada nos ajudará a sonhar com a diminuição das desigualdades educacionais abordadas no filme de João Jardim.

Referências

PORTAL MEC. Em bate-papo, Weintraub defende a valorização do professor a secretários municipais. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/76211-em-bate-papo-weintraub-defende-a-valorizacao-do-professor-a-secretarios-municipais>>. Acesso em 31 de maio de 2020.

ZANGRANDI, R. F. O brasil é aqui. **Revista Piauí**, n. 53, fev. 2011, p. 28-33.

